Agosto 2015

INSTITUTO IGARAPÉ
a think and do tank

Notas de Homicídios **1**

Como **reduzir os homicídios** em **50%** nos próximos **30 anos**

Manuel Eisner

Centro de Pesquisa da Violência do Instituto de Criminologia
Universidade de Cambridge

Índice

1 **Resumo**

2 **Introdução**

3 **Padrões globais de homicídios**

8 **O que afeta as tendências de homicídios?**

13 **Onde gastar dinheiro**

17 **Referências**

Como **reduzir os homicídios** em **50%** nos próximos **30 anos**

Manuel Eisner, Centro de Pesquisa da Violência do Instituto de Criminologia, Universidade de Cambridge

Resumo

Mais de 8 milhões de pessoas foram mortas em todo o mundo devido à violência interpessoal desde o ano 2000. Isso indica que o assassinato é uma causa de morte mais importante do que todas as guerras do mesmo período combinadas. Quase a metade de todos os homicídios do mundo é cometida em somente 23 países, que abrigam um décimo da população global. As pesquisas têm mostrado que, nesses cenários, as autoridades públicas não têm legitimidade popular suficiente e não fornecem bens públicos básicos adequados, incluindo segurança e justiça. Um estado de direito efetivo, baseado na aplicação legítima da lei, proteção às vítimas, julgamentos ágeis e justos, punições moderadas e prisões dignas, é crucial para a redução sustentável da violência letal.

Introdução

As abordagens para prevenir e reduzir a violência interpessoal estão passando por uma transformação revolucionária. Em maio de 2014, a 67ª Assembleia Mundial da Saúde adotou uma resolução histórica ao pedir à Organização Mundial da Saúde (OMS) que preparasse o primeiro plano de ação global para garantir que os sistemas de saúde lidassem de forma efetiva com a violência. E, em setembro de 2015, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotará os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para o período de 2015-2030. O mais provável é que os Objetivos reconheçam as sociedades pacíficas e inclusivas e a redução da violência como elementos centrais do desenvolvimento sustentável.

Em particular, será adotado um Objetivo específico enfocando a redução da violência letal, a eliminação do abuso e tortura contra crianças, a erradicação da violência contra a mulher e o acesso à justiça para todos. As Nações Unidas também pedirão que os progressos na prevenção e redução da violência sejam monitorados mundialmente, assim como a mudança climática, a frequência escolar ou as infecções por HIV. Mas será que é possível reduzir significativamente a violência interpessoal por meio de estratégias baseadas em evidências? Isto pode ser feito em apenas uma geração? Tomando o homicídio como exemplo, acredito que a resposta é sim.

Esta Notas de Homicídios identifica algumas ideias-chave para as futuras estratégias de prevenção e redução de homicídios, destacando a importância estratégica de reforçar o funcionamento do Estado e a responsabilidade de seus representantes. Um dos pilares da redução de homicídios é certificar-se de que as autoridades públicas e as sociedades estejam comprometidas com o estado de direito, uma melhor governança e serviços públicos inclusivos. Ao longo do tempo e do espaço, são esses os fundamentos de uma abordagem sustentável para a redução significativa da violência interpessoal. Devem, também, incluir estratégias para tornar a polícia mais eficaz, responsável e legítima.

Padrões globais de homicídios

O homicídio é a única forma de violência para a qual há indicadores anuais suficientemente confiáveis para acompanharmos as mudanças no nível global, regional e nacional. A escala e as dimensões da violência homicida são significativas. A cada ano, estima-se que 475.000 pessoas morram no mundo todo em decorrência do homicídio intencional. Isto equivale a cerca de oito milhões de pessoas na última década e meia (Organização Mundial da Saúde, 2014: 8). Aproximadamente dez vezes mais gente morre de forma violenta fora das zonas de conflito do que dentro delas (Krause, Muggah & Gilgen, 2008).

Foto UN / Martine Perret

Há alguns padrões comuns associados à violência homicida. Por todo o mundo, a vasta maioria dos perpetradores de homicídios, entre 90% e 95%, são homens, com pouca variação entre as sociedades. A maioria dos homicídios cometidos por mulheres consistem de atos contra bebês e crianças ou caracterizam autodefesa em situações de abuso doméstico (UNODC, 2013). A maioria das vítimas, 79% em todo o mundo, também é de homens, mas a proporção de vítimas do sexo masculino varia sistematicamente entre as sociedades (UNODC, 2013: 13).

Nos lugares onde o homicídio de modo geral é alto, a proporção de vítimas do sexo masculino é tipicamente muito maior do que nas sociedades em que os homicídios são relativamente raros. Ainda assim, as situações em torno do homicídio de homens e mulheres diferem. Uma proporção muito significativa dos homicídios envolvendo mulheres é perpetrada por parceiros íntimos, incluindo crimes em casa ou espaços privados. Os homens, por outro lado, têm uma probabilidade muito mais alta de serem mortos por conhecidos, em espaços públicos como consequência de altercações, em interações organizadas entre gangues armadas e por forças de segurança.

Uma proporção muito significativa dos homicídios envolvendo mulheres é perpetrada por parceiros íntimos

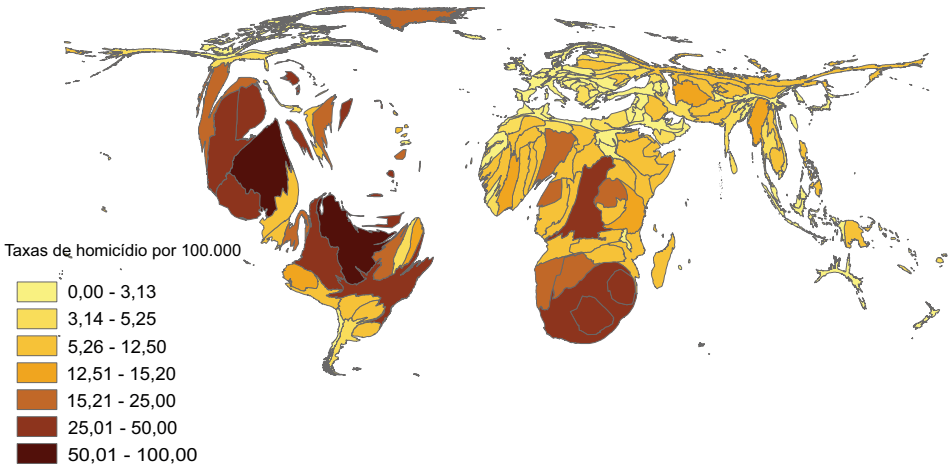
A probabilidade de que seres humanos matem outro ser humano é altamente dependente de fatores sociais e ambientais. De modo geral, as cidades menos homicidas do planeta (p.ex. a Cingapura, com uma taxa de 0,4 assassinatos para cada 100.000 pessoas) têm cerca de 300 vezes menos homicídios do que as cidades mais violentas (p.ex. San Pedro Sula, com cerca de 187 por 100.000, ou Caracas, com cerca de 120 por 100.000). No entanto, a variação geral em ***níveis*** de homicídio está fortemente correlacionada com a variação nos ***tipos*** típicos de homicídio (Eisner, 2012).

Especificamente, nas sociedades que apresentam altos níveis de homicídio, como Honduras, Brasil, Jamaica, Venezuela ou África do Sul, muitos assassinatos têm um componente instrumental. Nesses contextos, a violência homicida muitas vezes é cometida em conexão com outros crimes, como assaltos, sequestros ou roubos, e frequentemente é uma função dos confrontos relacionados à domínio e ao controle de territórios e mercados ilegais. Além disso, com frequência é vista pelos perpetradores como uma forma de fazer justiça com as próprias mãos, defendendo-se contra a ameaça de um ataque ou vingando-se por injustiças passadas. Consequentemente, uma grande proporção de jovens se prepara para confrontos violentos portando armas.

Enquanto isso, nas sociedades com baixos níveis de homicídio, como Canadá, Japão ou Cingapura, o assassinato é um fenômeno muito mais patológico. Uma proporção exagerada ocorre no contexto de parceiros íntimos e conhecidos próximos. Já a violência coletiva é muito mais rara. Além disso, os perpetradores muitas vezes pertencem a grupos marginais ou desfavorecidos, raramente cometem os atos em grupo e frequentemente sofrem também de problemas de saúde mental.

O homicídio é altamente concentrado em termos geográficos. Quase a metade de todos os homicídios do mundo ocorreram em somente 23 países, onde residem 10% da população global (Eisner & Nivette, 2013; UNICEF 2013; Instituto Igarapé, 2015). Todos esses Estados se localizam na América Latina ou na África Subsaariana. Somente quatro países – Brasil, Colômbia, México e Venezuela – respondem por um de cada quatro assassinatos cometidos no mundo. Em contraste, aproximadamente a metade da população mundial mora em sociedades com baixos índices de homicídio, que respondem por apenas 10% dos assassinatos no mundo (Eisner & Nivette, 2013).

Figura 1 - Mapa proporcional de homicídios (2012)



Este mapa representa a distribuição das taxas de homicídios ao redor do mundo. A América Central, a América do Sul e a região sul do continente africano estão representadas de maneira desproporcional.
Fonte: Instituto Igarapé, 2015

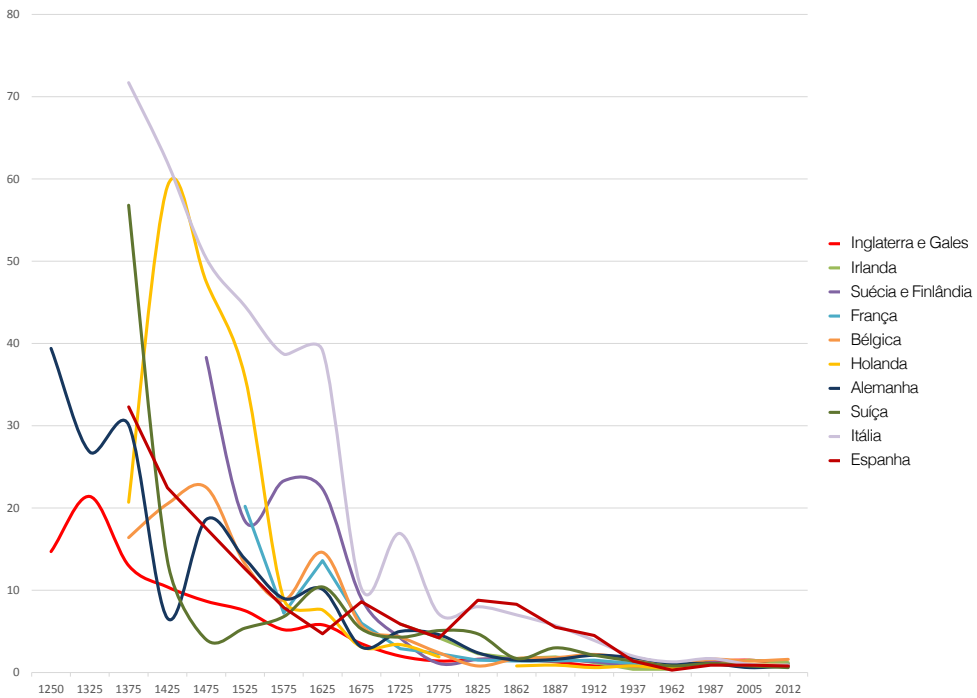
Redução da violência homicida

Para reduzir os homicídios, os esforços devem se concentrar nos países, cidades e bairros onde o índice de homicídios é mais alto. Paradoxalmente, as sociedades com a maior concentração de violência têm uma capacidade de pesquisa muito limitada para estudar, quanto mais apoiar, a prevenção. Contudo, cerca de 95% da produção científica sobre a prevenção efetiva da violência se refere exclusivamente aos Estados Unidos e um punhado de nações europeias ricas, onde as taxas de homicídio já são muito baixas (Eisner & Nivette, 2013: 222). É essencial desenvolver a capacidade de pesquisa em países de renda baixa e média que possam ajudar a promover o conhecimento local sobre as causas da violência e formas eficazes de oferecer assistência familiar, modificar normas, reduzir o consumo nocivo de álcool ou impor um controle melhor das armas de fogo.

Para cortar a taxa global de homicídios em 50% nas próximas três décadas, precisamos alcançar uma redução anual média de pelo menos 2,3% (Eisner & Nivette, 2013). Mas será que tal redução é realista? Um modo de determinar a resposta é examinar as experiências passadas. O fato é que o homicídio não é inevitável, e os declínios drásticos são mais comuns do que muitos supõem. Por todo o mundo, sociedades em diferentes períodos de desenvolvimento atingiram reduções sustentadas das taxas de homicídio em uma velocidade igual ou maior que 2,3%.

Os exemplos são diversificados, mas surpreendentemente comuns (Eisner & Nivette, 2013). A queda constante da criminalidade nos Estados Unidos desde o início da década de 1990 corresponde a um declínio anual de 3,7% nos homicídios. A Itália também tem visto um declínio anual de cerca de 6% desde o início dos anos 1990. Enquanto isso, a redução média na Cingapura desde meados da década de 1980 foi de aproximadamente 5% ao ano. A queda na África do Sul nas últimas duas décadas também tem sido de cerca de 4% por ano, aproximadamente a mesma taxa de declínio anual da Colômbia desde o início dos anos 1990.

Figura 2 - Declínio de homicídios no longo prazo na Europa desde 1200



Fonte: Eisner (2014)

A pesquisa de Eisner identifica padrões de homicídio na Europa desde a Idade Média. Suas conclusões mostram que as taxas de homicídio declinaram consideravelmente ao longo dos séculos. Como resultado, muitos dos países europeus apresentam atualmente algumas das mais baixas taxas de homicídio no mundo.

O que afeta as tendências de homicídios?

Embora o homicídio esteja declinando em muitas áreas do mundo, em outras está aumentando, notavelmente em muitas partes da América do Sul e Central e do Caribe (UNODC, 2013, Lappi-Seppälä & Lehti, 2014). No momento, os estudiosos não têm como prever quando e por que as tendências de declínio começam e quando terminam. Contudo, estamos começando a desemaranhar a mistura de fatores que influenciam os altos e baixos das taxas de homicídio em diferentes sociedades. Alguns podem ser influenciados por políticas públicas, enquanto outros estão fora do controle dos governos. No mínimo, tomadores de decisão devem dar atenção aos fatores que são relevantes determinar as causas do homicídio se quiserem reduzir sua incidência.

E que fatores impulsionam as taxas de homicídio para cima e às vezes as fazem descer durante anos ou mesmo décadas? Primeiro, quero destacar três fatores que frequentemente são associados a alterações nos níveis de homicídios ao longo do tempo mas em relação aos quais as evidências atuais ainda são ambíguas: a urbanização, mudanças na desigualdade de renda ao longo do tempo e crescimento econômico.

Os ricos e os pobres. À esquerda, a favela Karial em Dhaka, Bangladesh. Uma em cada três pessoas que moram em centros urbanos vivem em favelas. Foto UN / Kibae Park

A ideia de que o crescimento das cidades leva à desordem e à criminalidade é uma pressuposição tradicional nas ciências sociais (Shaw & McKay, 1969). Contudo, estudando-se todo tipo de sociedade, não há evidências convincentes de que sociedades mais urbanas tenham mais violência (p.ex. Nivette 2011, Lappi-Seppälä & Lehti, 2014). Pelo contrário, algumas das sociedades mais urbanizadas, como Cingapura, Hong Kong, Japão, Suíça e os Países Baixos, também têm alguns dos mais baixos índices de homicídio (Lappi-Seppälä & Lehti, 2014: 166), e de modo algum se observa que o crescimento das cidades ao longo do tempo esteja associado a aumentos nas curvas de homicídios.

Alguns acadêmicos constatam que, ao menos na Europa, o crescimento das cidades pode ter exercido uma força civilizadora, contribuindo com o declínio dos homicídios (Eisner, 2003, Lappi-Seppälä & Lehti, 2014). Outros observaram uma pequena associação positiva entre urbanização e mudança nas taxas de homicídio em dados internacionais recentes (Baumer & Wolff, 2014). Ainda assim, há um consenso de que as cidades em crescimento por si sós não são o cerne do problema, embora, logicamente, devamos empenhar todo esforço para administrar melhor o crescimento atual e futuro das cidades, prover infraestrutura e educação e criar empregos e oportunidades (Muggah, 2015).

A desigualdade também deve ser reexaminada como determinante causal de homicídios. Os estudos que comparam países em um mesmo momento observaram repetidamente que os níveis de homicídio são correlacionados com níveis de desigualdade de renda medida pelo coeficiente de Gini (Nivette, 2013). Embora esse padrão se mantenha entre muitos países, essa relação é bem menos óbvia quando se examinam as tendências ao longo do tempo (Baumer & Wolff, 2014). Nos Estados Unidos, por exemplo, os índices de homicídio efetivamente continuaram a baixar à medida que os níveis de desigualdade passaram a subir desde o início dos anos 1990 (Brush, 2007). O mesmo vale para a Cingapura, país que se tornou cada vez mais desigual e viu despencar as taxas de homicídio.

O inverso se aplica ao México, onde poderíamos esperar que o declínio substancial na desigualdade de renda desde meados dos anos 1990 resultasse em menos homicídios, o que não se observou (Campos-Vazquez, Esquivel, Lustig, 2014). A redução da desigualdade econômica é um objetivo político importante, e foi demonstrado que a alta desigualdade está associada a muitas consequências adversas (Wilkinson and Picket, 2006), mas até o momento não há dados empíricos convincentes que corroborem a ideia de que ela necessariamente reduz os índices de homicídio.

Alguns analistas também argumentam que flutuações no desemprego, crescimento econômico ou confiança dos consumidores influenciam as altas e quedas nas taxas de homicídio. Esta colocação provavelmente se baseia na observação de que os perpetradores tendem a ser de bairros desprivilegiados e muitas vezes são desempregados ou têm empregos erráticos. Contudo, a associação entre ciclos econômicos e homicídios é, na melhor das hipóteses, tênue (Baumer and Wolff, 2014).

A urbanização, a desigualdade e o crescimento econômico tiveram impacto nos níveis de homicídios, mas a evidencia é ambígua

Com frequência, os índices de homicídio disparam durante períodos de sólido crescimento econômico e declínio da pobreza, como nos Estados Unidos na década de 1960, no Brasil na de 2000 ou na Colômbia no fim dos anos 1980 e começo dos anos 1990. Ao mesmo tempo, os períodos de crises econômicas raramente têm correlação com um aumento dos homicídios. Por exemplo, ao contrário das expectativas de muitos criminologistas, a crise financeira global de 2008, com seus efeitos no desemprego e na pobreza, não foi associada a um aumento nos homicídios nos locais em que foram conduzidas pesquisas desse tipo (Rosenfeld, 2014).

Outros fatores parecem ser mais consistentemente associados com os altos e baixos dos homicídios. Um deles é a estrutura demográfica. A maioria dos homicídios é cometida por pessoas com idades entre 16-40 anos, e a maioria das vítimas está na mesma faixa etária. Há algum embasamento para a noção de que as sociedades em que os jovens compõem uma maior parcela da população também tendem a ter mais homicídios. Além disso, à medida que a pirâmide populacional aumenta no topo, a taxa de homicídio declina (Levitt, 2004).

Além do mais, os índices de homicídio frequentemente parecem acompanhar períodos de grave instabilidade política e transições de regimes políticos (Pridemore & Kim, 2006; Stamatel, 2009; Kynoch 2005; Karstedt 2003). Por exemplo, um dos padrões mais notáveis das tendências de homicídios nos últimos 40 anos foi a explosão das taxas de homicídio em todo o Leste Europeu após a queda do comunismo (Pridemore & Kim, 2006; Stamatel, 2009, Lappi-Seppälä & Lehtii, 2014). Cerca de cinco anos após a queda do Muro de Berlim, países do Cazaquistão à Estônia e da Rússia à Romênia foram assolados por uma onda de assassinatos.

O fim do domínio repressivo sob o regime comunista, o caos durante os anos de transição, a falta de instituições legítimas e de confiança e o rápido surgimento do crime organizado são alguns dos elementos frequentemente citados como as causas imediatas (Karstedt, 2003). Mas esse padrão não se limita aos países do antigo Bloco do Leste. Aumentos semelhantes nos homicídios criminosos ocorreram na África do Sul após o fim do *apartheid* (Kynoch 2005) e no Brasil com o fim da ditadura (Dellasoppa, Bercovich & Arriaga, 1999). À medida que as sociedades voltam a se estabilizar, o estado de direito é estabelecido e os direitos humanos são respeitados mais rigorosamente, os homicídios tendem a retornar a níveis semelhantes ou inferiores aos de antes do período de transição (Neumayer, 2003).

Meus estudos comparam grandes declínios constantes em diferentes países e diferentes períodos históricos por todo o mundo (Eisner 2011, Eisner 2014). Tudo indica que as taxas de homicídio declinaram quando três elementos convergiram. Primeiro, baixaram onde os Estados estabeleceram boa governança e um estado de direito efetivo, combatendo a corrupção de oficiais públicos, conquistando o controle de mercados de proteção privada e aprimorando a legitimidade do Estado por meio de instituições inclusivas (Rotberg, 2004). A conclusão se alinha a um corpo de pesquisa crescente que mostra que baixas taxas de homicídio se correlacionam à legitimidade do poder do Estado aos olhos de seus cidadãos, a capacidade do Estado de suprir bens políticos cruciais, como justiça baseada no estado de direito, e baixos níveis de corrupção de oficiais do Estado (Nivette & Eisner, 2013, Chu & Tusalem, 2013, Lappi-Seppälä & Lehti, 2014).

Segundo, as taxas de homicídio regularmente parecem estar vinculadas a conjuntos de tecnologias de controle social, incluindo tecnologias de monitoramento, maior controle sobre a conduta desordeira e sistemas voltados para a identificação e o tratamento antecipados de infratores e vítimas (Eisner 2014). Parte do declínio dos crimes violentos no mundo ocidental provavelmente seja um efeito secundário de tecnologias mais eficazes de segurança e vigilância incorporadas ao dia-a-dia, incluindo, por exemplo, sistemas centrais de interbloqueio (***deadlock***), tecnologias de proteção doméstica melhores e mais disseminadas, mais câmeras de circuito interno e a transição para uma economia menos baseada em dinheiro vivo (Farrell et al, 2011; van Dijk, Tseloni & Farrell, 2012; Orrick & Piquero, 2015). Isto levanta questões importantes para os planos de ação de redução da violência, pois implicam que as ações efetivas devem considerar como a prevenção da violência pode ser incorporada desde o início à infraestrutura da vida cotidiana, modificando-se sistemas, por exemplo, de tecnologias de comunicação, saúde pública, educação e infraestrutura urbana.

Terceiro, parece que os declínios históricos de homicídios frequentemente são catalisados por coalisões de oficiais, lideranças comunitárias, filantropos e professores que enfatizaram a importância do autocontrole, a civilidade e o respeito, transformando assim convicções sociais sobre o equívoco de causar mal a outros (Pinker 2011). Ao longo das últimas duas décadas, há evidências consideráveis de que os humanos se tornaram menos tolerantes à violência, talvez como parte de um processo civilizatório que vem acontecendo há séculos (Eisner, 2015). Em muitas partes do mundo ocidental, por exemplo, o ***bullying*** já não é visto como um aspecto normal de ir à escola, a punição física deixou de ser considerada aceitável e a tolerância à linguagem racial e sexualmente abusiva diminuiu (Pinker 2011).

Onde gastar dinheiro

Sem exceção, as sociedades com altos índices de homicídio sofrem de sistemas disfuncionais de aplicação da lei e justiça criminal. Isto inclui altos níveis de impunidade dos infratores, forças policiais corruptas e ineficazes, suspeitos que passam anos aguardando julgamento detidos junto com criminosos condenados, prisões superlotadas que com frequência são dominadas e administradas por facções organizadas e opções limitadas de reintegração e reabilitação para aqueles que terminam de cumprir as penas. Basta considerar, por exemplo, que somente 3% de todos os assassinatos cometidos em Honduras entre 2010 e 2013 culminaram na condenação do perpetrador. Assim, o custo médio de tirar a vida de alguém em Honduras é provavelmente de uns seis meses de detenção, se supusermos que a pequena minoria que é efetivamente condenada cumpre pena média de 15 anos.

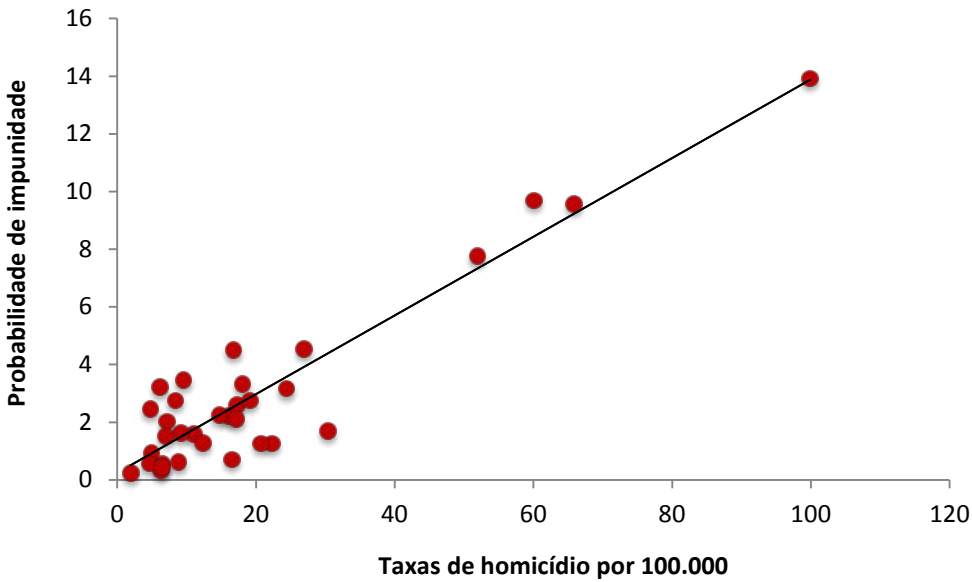
Tabela - Possibilidade de condenação criminal em países selecionados e índices de homicídio

País	Condenações por homicídios cometidos	Taxa de homicídio por cada 100,000
Honduras, 2010-13[1]	**3 por 100**	**87**
El Salvador, 2011-13[1]	**5 por 100**	**58**
Guatemala, 2011-13[1]	**7 por 100**	**40**
Colômbia, 2005-2012[2]	**5 por 100**	**32**
México[3]	**15 por 100**	**22**
Estados Unidos, 2006[4]	**51 por 100**	**4.7**
Inglaterra e Gales, 2003/4-2008/9[5]	**79 por 100**	**1.0**

Fontes:

1 Chaves; Avalos (2014)
2 La Rota; Uribe (2014)
3 Nestares (n.d.)
4 Bureau of Justice Statistics (2009)
5 Office for National Statistics (2015)

Figura 3 - A relação entre impunidade e taxas de homicídio nas 32 regiões do México, 2011-2013



Fonte: México Evalua (2012)

A probabilidade de ser condenado por homicídio varia substancialmente nos 32 estados mexicanos. Em alguns estados, é 10 vezes mais provável que alguém se livre de uma condenação por homicídio do que ser julgado e condenado. O gráfico mostra que estados com alta impunidade apresentam também taxas de homicídio mais altas. Isto se explica parcialmente porque homicídios que resultam do crime organizado e que sejam cometidos por armas de fogo são mais difíceis de ser resolvidos pela polícia. No entanto, a relação também mostra que os estados com menor controle criminal e sistemas de justiça efetivos têm uma probabilidade mais alta de experimentar formas complexas de violência.

Os países com altos níveis de violência requerem intervenções baseadas em evidências que abordem o papel dos pais, o desenvolvimento de aptidões sociais, escolas justas e eficazes e planejamento urbano. Porém, um estado de direito efetivo, baseado na aplicação profissional e legítima da lei, proteção efetiva às vítimas, julgamentos ágeis e justos, punições moderadas e prisões dignas, é a espinha dorsal da redução sustentada da violência. Tornar os sistemas policial, jurídico e penal mais eficazes, justos e responsáveis é algo que os governos podem alcançar se houver vontade política para tal, e há consideráveis evidências que mostram que isso pode ser feito (Braga, Papachristos & Hureau 2014; Mazerolle et al, 2013, Gomez et al, 2014).

Assim, a principal conclusão desta *Nota de Homicídios* é que a reforma e revitalização dos sistemas de lei e ordem deveriam ser priorizados nos países e cidades com taxas de homicídio mais altas. Não se trata de um argumento contra medidas preventivas mais amplas, incluindo planejamento urbano, prevenção antecipada, mudanças culturais e desenvolvimento socioeconômico mais vasto. Contudo, sem um efetivo estado de direito, todas as outras abordagens serão frágeis e insustentáveis.

Referências

Baumer, E. P., & Wolff, K. T. (2014). The breadth and causes of contemporary cross-national homicide trends. Crime and Justice, Vol 43: ***Why Crime Rates Fall, and Why they don't***, 43, pp. 231-287.

Braga, A. A., Papachristos, A. V., & Hureau, D. M. (2014). The effects of hot spots policing on crime: An updated systematic review and meta-analysis. ***Justice Quarterly,*** 31(4), pp. 633-663.

Brush, J. (2007). Does income inequality lead to more crime? A comparison of cross-sectional and time-series analyses of United States counties. ***Economics Letters***, 96(2), pp. 264-268.

Bureau of Justice Statistics (2009) Felony Sentences in State Courts, 2006 – Statistical Tables. http://www.bjs.gov/index.cfm?ty=pbdetail&iid=2152

Campos-Vázquez, R., Esquivel, G., & Lustig, N. (2014). The rise and fall of income inequality in Mexico, 1989-2010. In: Cornia, G.A. ed. ***Falling Inequality in Latin America: Policy Changes and Lessons***. Oxford: Oxford University Press, pp. 140-163.

Chaves, Suchit and Avalos, Jessica (2014) Los paises que no lloran a sus muertos, La Prensa Grafica.

Chu, D. C., & Tusalem, R. F. (2013). The role of the state on cross-national homicide rates. ***International Criminal Justice Review,*** 23(3), pp. 252-279.

Dellasoppa, E., Bercovich, A. M., & Arriaga, E. (1999). Violência, direitos civis e demografia no Brasil na década de 80: o caso da área metropolitana do Rio de Janeiro. ***Revista brasileira de ciências sociais***, 14(39), pp. 155-176.

Eisner, M. (2003). Long-term historical trends in violent crime, Crime and Justice; ***A Review of Research,*** 30, pp. 83–142.

Eisner, M. (2012). What causes large-scale variation in homicide rates?. In Kortüm, H. H. & Heinze, J. eds. ***Aggression in Humans and Other Primates: Biology, Psychology, Sociology,*** Walter de Gruyter. Pp 137-162.

Eisner, M. (2014). From swords to words: Does macro-level change in self-control predict long-term variation in levels of homicide?.***Crime and Justice,*** Vol 43: Why Crime Rates Fall, and Why they don't, 43, pp. 65-134.

Eisner, M & A. Nivette (2012). How to reduce the global homicide rate to 2 per 100,000 by 2060, in: Welsh, B. and Loeber, R. (eds.) ***The Future of Criminology,*** New York: Oxford University Press, pp. 219-228.

Farrell, G., Tilley, N., Tseloni, A., & Mailley, J. (2011). The crime drop and the security hypothesis. ***Journal of Research in Crime and Delinquency***, 48(2), pp. 147-175.

Gómez, C., Velasquez, E., Rendón, C., Andrés, J., & Bohorquez, S. (2014). Crime in Colombia: More law enforcement or more justice?. ***Center for Research in Economics and Finance (CIEF), Working Paper,*** (14-12).

Igarapé Institute (2015). Homicide Monitor. www.homicide.igarape.org.br

Karstedt, S. (2003). Legacies of a culture of inequality: The Janus face of crime in post-communist countries. ***Crime, Law and Social Change,*** 40(2-3), pp. 295-320.

Krisch, M., Eisner, M., Mikton, K. & Butchart, A. (2015). Global Strategies to Reduce Violence by 50% in 30 Years: Findings from the WHO and University of Cambridge Global Violence Reduction Conference 2014. Cambridge: University of Cambridge, 2015.

Kynoch, G. (2005). Crime, conflict and politics in transition-era South Africa. *African Affairs,* 104(416), pp. 493-514.

Krause, K., Muggah, R. and E. Gilgen (2008) Global Burden of Armed Violence. Cambridge: Cambridge University Press.

Lappi-Seppala, T., & Lehti, M. (2014). Cross-comparative perspectives on global homicide trends. *Crime and Justice*, Vol 43: Why Crime Rates Fall, and Why they don't, 43, pp. 135-230.

La Rota, Miguel Emilio & Uribe, Carolina Bernal (2014) Esfuerzos irracionales. Investigación penal del homicidio y otros delitos complejos Bogotá: Centro de Estudios de Derecho, Justicia.

Levitt, S. D. (2004). Understanding why crime fell in the 1990s: Four factors that explain the decline and six that do not. *Journal of Economic Perspectives*, 18(1), pp. 163-190.

Mazerolle, L., Bennett, S., Davis, J., Sargeant, E., & Manning, M. (2013). Procedural justice and police legitimacy: a systematic review of the research evidence. *Journal of Experimental Criminology,* 9(3), pp. 245-274.

México Evalúa(2012), Seguridad y Justicia Penal en los estados:25 indicadores de nuestra debilidad institucional. http://www.mexicoevalua.org/wp-content/uploads/2013/02/MEX-EVA_INDX_SJPE-LOW.pdf

Muggah, R. (2015). A manifesto for the fragile city. *Journal of International Affairs,* 68(2), pp. 19.

Nestares, Carlos Resa (n.d.). Homicidios y condenados por homicidio según estados de México, 2003-2012. http://www.uam.es/personal_pdi/economicas/cresa/homisolvedrate0312.pdf

Neumayer, E. (2003). Good policy can lower violent crime: Evidence from a cross-national panel of homicide rates, 1980–97. *Journal of Peace Research,* 40(6), pp. 619-640.

Office for National Statistics (2015) Focus on Violent and Sexual Offences, 2013/14.http://www.ons.gov.uk/ons/publications/re-reference-tables.html?edition=tcm%3A77-376027

Orrick, E. A., & Piquero, A. R. (2015). Were cell phones associated with lower crime in the 1990s and 2000s? *Journal of Crime and Justice,* 38(2), pp. 222-234.

Pinker, S. (2011). *The Better Angels of our Nature: The Decline of Violence in History and its Causes.* Penguin UK.

Pridemore, W. A., & Kim, S. W. (2006). Democratization and political change as threats to collective sentiments: Testing Durkheim in Russia. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science,* 605(1), pp. 82-103.

Rosenfeld, R. I. (2014). Crime and the great recession: Introduction to the special issue. *Journal of Contemporary Criminal Justice*, 30(1), pp. 4-6.

Rotberg, R. I. (ed.) (2004). When States Fail: Causes and Consequences. Princeton: Princeton University Press.

Shaw, C. R. and McKay, H. D. (1969). ***Juvenile Delinquency and Urban Areas.*** Chicago: The University of Chicago Press.

Stamatel, J. P. (2009). Correlates of national-level homicide variation in post-communist East-Central Europe. ***Social Forces***, 87(3), pp. 1423-1448.

United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC). (2011). 2011 Global Study on Homicide: Trends, Contexts, Data.

Van Dijk, J., Tseloni, A., & Farrell, G. (Eds.). (2012). The International Crime Drop: ***New Directions in Research.*** Palgrave Macmillan.

Wilkinson, R. G., & Pickett, K. E. (2006). Income inequality and population health: a review and explanation of the evidence. ***Social Science & Medicine,*** 62(7), pp. 1768-1784.

World Health Organization. (2014). Global Status Report on Violence Prevention 2014.

As **Notas de Homicídios** são uma série de artigos curtos que destacam as causas e as consequências de largo prazo dos assassinatos, as formas como governos contabilizam o problema, e as estratégias inovadoras para prevenir e reduzir a violência intencional. As Notas de Homicídios são do Observatório de Homicídios, uma ferramenta de visualização de dados desenvolvida pelo Instituto Igarapé em parceria com a Open Society Foundations (OSF) e pelo Peace Research Institute Oslo (PRIO), com colaboração do Escritório das Nações Unidas para as Drogas e o Crime (UNODC).

INSTITUTO IGARAPÉ
a think and do tank

OPEN SOCIETY
FOUNDATIONS

Visite o site do Observatório de Homicídios

homicide.igarape.org.br

INSTITUTO IGARAPÉ
a think and do tank

O Instituto Igarapé é um think and do tank independente dedicado a políticas e ações baseadas em evidência para solucionar desafios sociais complexos no Brasil, na América Latina e na África. Seu objetivo é estimular o debate, promover articulações e catalizar ações na área de segurança e desenvolvimento. Baseado no Sul Global, o Instituto Igarapé realiza diagnósticos, promove a conscientização e propõe soluções em parceria com atores públicos e privados, frequentemente através do uso de novas tecnologias. Suas principais áreas de atuação são segurança cidadã, política de drogas, segurança cibernética, consolidação da paz, desenvolvimento sustentável e redes globais. Com sede no Rio de Janeiro, o Instituto também conta com representação no Brasil, Colômbia e México. Recebe o apoio de agências bilaterais, fundações, organizações internaiconais e doadores privados.

Editores:
Robert Muggah e Renata Giannini

Layout:
Raphael Durão - STORM DESIGN

ISSN 2359-0998

Notas de Homicídios **1**

INSTITUTO IGARAPÉ
a think and do tank

Rua Conde de Irajá, 370

Botafogo, Rio de Janeiro – RJ – Brasil - 22271-020

Tel/Fax: +55 (21) 3496-2114

contato@igarape.org.br

facebook.com/institutoigarape

twitter.com/igarape_org